



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 83/2024

AUTORIA: Vereador Ary Corrêa

RELATOR: Vereador Evandro Miranda

RELATÓRIO: Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Vereador Ary Corrêa que dispõe sobre '*tornar obrigatório que nas contas cobradas mensalmente, valores vencidos sejam destacados*' e dá outras providências.

O projeto foi lido em plenário e, em seguida, encaminhado à Procuradoria que ofereceu o seu parecer jurídico pela inviabilidade jurídica e, destarte, rejeição do projeto.

Ato contínuo, o projeto foi recebido no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para o seu indispensável parecer, conforme determina o parágrafo único, do art. 26, do Regimento Interno.

É o relatório.

PARECER: Cumpre destacar que cabe a esta Comissão uma análise acerca de eventuais vícios de constitucionalidade e legalidade do projeto.

Pois bem, conforme destacado no parecer da i. Procuradoria, o presente projeto, sob o aspecto formal, padece de inconstitucionalidade porquanto além de invadir ainda conflita com legislação federal que já regula a matéria.

VOTO DO RELATOR: após análise do referido projeto, verifica-se que o mesmo padece de vícios de legalidade e constitucionalidade. Por tal razão, voto pela devolução ao autor.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



VOTO DO PRESIDENTE: Voto com o relator.

VOTO DO MEMBRO: Voto com o relator.

DECISÃO: após análise do referido projeto, esta comissão, por unanimidade, decidiu pela devolução do mesmo ao autor.

Sala das Comissões, aos 12 de novembro de 2024.

Ely Escarpini – Presidente

Evandro Miranda – Relator

Diogo Pereira Lube - Membro

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”

